



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA
DIRETORIA DE MOBILIDADE URBANA
Rua Gomes Barbosa, nº 942 - Bairro Centro - CEP 36570-101 - Viçosa - MG - www.vicosa.mg.gov.br
Sala 210 - Plaza Center

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0159370 - SEMPLAG/DMU

22 de abril de 2026.

1.0 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a Aquisição de Mobiliário e Eletrônicos para atender o Terminal Rodoviário Joventino Octávio, solicitado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Mobilidade e Gestão Territorial do Município de Viçosa - MG

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Lavadora Secadora BD Flex equipamento indicado para limpeza de pisos diversos. Robusta e com grande autonomia, possui design "tank-in-tank" compacto, capaz de acessar corredores estreitos. Máquina tracionada, além de promover ergonomia ao operador também cadencia o tempo de operação por possuir velocidade constante, sendo possível dimensionar o tempo de limpeza com maior precisão. Equipamento simples sem muitos componentes eletrônicos, o que facilita a utilização e a manutenção. Seu painel simplificado facilita o treinamento e a operação. Possui acionamento mecânico do cabeçote e da barra de sucção. Cabeçote disco é indicado para limpeza de pisos diversos incluindo os de superfície tratada, por possuir menor pressão de contato. Equipamento indicado para limpeza diária de áreas de até 10.000 m² (limpeza de manutenção) como supermercados, armazéns, estoques, áreas fabris, aeroportos, museus, escolas, hospitais, shopping centers e etc. Performance equivalente à 20	2	R\$ 15.981,93	R\$ 31.963,86

<p> pessoas na operação. Por se tratar de uma operação mecanizada, o resultado da limpeza se mantém uniforme, sempre reproduzindo a mesma qualidade de limpeza. </p> <p>Especificações técnicas do produto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Faixa de trabalho, escovas (mm) - 705 - faixa de Trabalho, aspiração (mm) - 1030 - Reservatório de água limpa/ suja (L) - 75/75 - Tensão de bateria (V) - 24 - velocidade da escova (rpm) - 180 - Pressão da escova (g/cm/Kg) -24,4-34,30-50 -Nível de ruído 9(dB(A)) - 63 - Tensão (V) - 24 - Potência do motor (W) - Máx 1850 - Peso sem acessório (KG) - 100 - Medida (c x l x a)(mm) - 1445 x 750 x 1065 				
<p>Cadeira Longarina de 4 lugares</p> <p>Longarina de aeroporto/ rodoviária de quatro lugares é projetada para oferecer funcionalidade e durabilidade em ambientes de alto tráfego. A estrutura é composta de metal robusto, com acabamento cromado que confere um visual moderno e sofisticado, complementado por uma pintura automotiva resistente, garantindo maior proteção contra desgaste e corrosão. Os assentos e encostos possuem design perfurado, proporcionando ventilação e conforto com apoios de braços curvados para maior ergonomia. A base tem pés sólidos, garantindo estabilidade e segurança durante o uso contínuo. Este modelo combina praticidade e estética, ideal para locais com atendimento ao público.</p> <p>Detalhes do Produto:</p>	40	R\$ 1.333,71	R\$ 53.348,53	

2.	<p>Dimensões Aproximadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Altura do assento ao solo: 42 cm Altura dos pés: 26 cm Altura total: 74 cm Altura do encosto: 39 cm Assento com inclinação de 8 graus Comprimento do apoio de braço: 33 cm Encosto com inclinação de 14 graus Largura do apoio de braço: 3,5 cm Largura do assento: 45 cm Largura dos pés: 56 cm Largura total: 234 cm Profundidade do assento: 39 cm Profundidade total: 61 cm 			
----	--	--	--	--

3.	<p>saboneteiras com sensor</p> <p>são automáticas e funcionam à base de energia, mas geralmente utilizam pilhas (pilhas AA) ou um adaptador de tomada bivolt. Elas não precisam ser ligadas diretamente à fiação elétrica da parede, mas dependem de pilhas ou adaptador para operar o sensor de proximidade (branco).</p> <p>- Descrição:</p> <p>Dispenser de parede para sabonete em espuma, acionado por sensor de presença. Aproxime as mãos no sensor e a espuma será dispensada. Em plástico ABS de qualidade, esta saboneteira possui trava de segurança, visor de nível e reservatório plástico interno. Alimentação feita por pilhas ou adaptador bivolt.</p> <p>- Especificações técnicas:</p> <p>Código: 001024</p> <p>Dimensões: 25,5 x 12,5 x 13,0 cm</p> <p>Peso líquido: 0,840kg</p> <p>Matéria prima: Plástico ABS</p> <p>Capacidade: 1000ml</p> <p>Volume dispensado: 6ml de espuma</p> <p>Distância de detecção: até 12cm</p> <p>Alimentação: 6 pilhas alcalinas AA ou adaptador bivolt</p> <p>Principais características:</p> <p>Acionamento: Sensor infravermelho de presença, que dispensa o sabão (espuma ou líquido) sem toque, garantindo higiene.</p> <p>Alimentação: Funciona com pilhas alcalinas AA ou adaptador de energia bivolt.</p> <p>Modelos: Incluem opções em plástico ABS (linha Luna) ou aço inox (linha Noble), com capacidades variando de 700ml a 1000ml.</p> <p>Segurança: Possuem trava de segurança e visor de nível para monitorar o consumo.</p>	15	R\$ 471,22	R\$ 7.068,39
	<p>Dispenser Autocorte Papel Toalha</p> <p>O Dispenser Autocorte Higiênico, uma solução revolucionária para o uso de</p>	6	R\$ 202,11	R\$ 1.212,66

4.

papel toalha de papel que reúne eficiência, economia e higiene. Desenvolvido com um design sofisticado, esse dispositivo é especialmente projetado para atender às necessidades de ambientes públicos, comerciais e industriais. Bobina de Papel! Recomendamos o uso de bobinas de papel com gramatura mínima de 28 gramas e com diâmetro máximo do rolo de 15 cm (150mm). Higiênico! Com o Dispenser Autocorte Higiênico, a higiene adequada está garantida. Seu mecanismo de autocorte permite que os usuários obtenham facilmente uma folha individual de papel toalha, evitando contato com outras superfícies e minimizando o risco de contaminação cruzada. Além disso, esse sistema de corte preciso reduz o desperdício, pois fornece a quantidade exata necessária para cada uso. Ecofriendly! Uma vantagem adicional desse dispositivo é sua preocupação com a sustentabilidade. O papel toalha de papel utilizado no Dispenser Autocorte Higiênico é biodegradável e proveniente de fontes renováveis, contribuindo para a redução do impacto ambiental. Ao optar por esse sistema, você estará tomando medidas responsáveis em direção a um futuro mais sustentável. Praticidade para o dia a dia! Em resumo, o Dispenser Autocorte Higiênico é a escolha ideal para garantir uma experiência higiênica, prática e sustentável no uso de papel toalha de papel. Sua eficiência no autocorte, praticidade na reposição e preocupação com a sustentabilidade o tornam a opção perfeita para ambientes como banheiros públicos, cozinhas industriais, escritórios e estabelecimentos comerciais. Proporcione aos seus funcionários, clientes e visitantes uma solução de higiene de alta qualidade e confiabilidade com o Dispenser Autocorte Higiênico. Características Material ABS Garantia 1 ano Modelo Autocorte Tamanho do corte 27 cm (270 mm) Gramatura Papel acima de

<p>28 gramas Diâmetro Rolo máximo 15 cm (150mm) Altura 34 cm Largura 22 cm Profundidade 32 cm Largura Bobina 20 cm (200mm) Visor de papel Sim Chave fechadura Incluso 2 unidades Kit Instalação Bucha e Parafusos incluso Cuidados Limpar com pano úmido Informações Importantes: Os objetos apresentados nas fotos não estão inclusos no produto. (Branco)</p> <p>Ficha Técnica:</p> <p>Dimensão do Produto:</p> <p>34 cm</p> <p>Largura 22 cm</p> <p>Profundidade 32 cm</p> <p>Modelo: Autocorte</p>			
<p>Carrinho de Bagagem para Aeroporto/ Rodoviária</p> <p>Carrinho com capacidade de 250kg: Solução Profissional para Transporte de Malas</p> <p>O Carrinho de Bagagem para Aeroporto/ Rodoviária com capacidade de 250kg representa a solução definitiva para o transporte eficiente e seguro de bagagens em terminais aeroportuários, estações rodoviárias, hotéis e centros de eventos. Projetado com tecnologia avançada e materiais de alta resistência, este equipamento profissional combina durabilidade excepcional com praticidade operacional, atendendo às rigorosas demandas de ambientes com alto fluxo de passageiros e bagagens.</p> <p>Sua estrutura robusta fabricada em aço inoxidável ou alumínio de alta qualidade suporta com segurança cargas de até 250kg, permitindo o transporte simultâneo de múltiplas malas e volumes sem comprometer a estabilidade ou integridade do equipamento. Este impressionante limite de carga é ideal para atender tanto as necessidades de famílias em</p>	12	R\$ 784,66	R\$ 9.415,99

viagem com várias bagagens quanto as demandas de profissionais que precisam transportar equipamentos pesados.

O design ergonômico com alça ajustável proporciona conforto excepcional durante a operação, adaptando-se perfeitamente a usuários de diferentes estaturas. Esta característica reduz significativamente o esforço físico necessário para movimentar bagagens pesadas, prevenindo lesões e garantindo experiência agradável mesmo em longos deslocamentos pelos terminais aeroportuários.

O sistema de rodízios de alta performance representa um diferencial significativo deste modelo, com rolamentos de precisão que garantem deslocamento suave e silencioso mesmo em superfícies irregulares. As rodas amplas e emborrachadas proporcionam excelente aderência e absorção de impactos, protegendo as bagagens de solavancos durante o transporte e facilitando a movimentação em rampas e elevadores.

A plataforma ampla e estrategicamente projetada maximiza a área útil para acomodação das bagagens, com sistema de contenção que previne que as malas deslizem ou caiam durante o deslocamento. Esta configuração permite organizar diferentes tamanhos de volumes de forma segura, otimizando o espaço disponível e facilitando o transporte de bagagens com formatos irregulares.

5.

O acabamento premium com tratamento anticorrosivo garante proteção superior contra a umidade, produtos de limpeza e condições adversas comuns em ambientes aeroportuários. Esta proteção não apenas preserva a aparência profissional do equipamento, mas também assegura vida útil prolongada

<p>mesmo sob uso intensivo, representando excelente relação custo-benefício para empresas do setor.</p> <p>Versátil e multifuncional, este carrinho é indispensável para aeroportos, companhias aéreas, empresas de serviços aeroportuários, hotéis, resorts, centros de convenções e empresas de logística que necessitam de soluções confiáveis para o transporte de bagagens e volumes. Sua adaptabilidade permite utilização em diversos contextos onde a movimentação eficiente de volumes pesados é necessária.</p> <p>Desenvolvido seguindo rigorosos padrões internacionais de qualidade e segurança, este carrinho de bagagem proporciona experiência superior tanto para os operadores quanto para os passageiros, contribuindo significativamente para a eficiência operacional e satisfação dos clientes. Seu design intuitivo permite fácil manuseio mesmo por usuários sem experiência prévia, característica essencial em ambientes de autoatendimento.</p> <p>Descrição</p> <p>Carrinho aeroporto / Rodoviária para bagagem capacidade de carga 250kg</p> <p><u>Dimensões do Carrinho:</u></p> <p>Comprimento: 880 mm</p> <p>Largura: 550 mm</p> <p>Altura: 1050 mm</p> <p><u>Dimensões da placa de publicidade:</u></p> <p>Comprimento: 410 mm</p> <p>Altura: 350 mm</p> <p><u>Características:</u></p> <p>Confeccionado em aço carbono.</p> <p>Rodas: dianteiro: 01 rodízio giratório de 5" com roda de composto</p>			
--	--	--	--

	termoplástico Traseiro: 02 rodas de 9" composto termoplástico. Acabamento zincado			
--	--	--	--	--

6.	<p>A Cadeira de Rodas</p> <p>A cadeira em Alumínio Dobrável é a opção ideal para quem busca praticidade, conforto e resistência. Com sua estrutura em alumínio, ela oferece a combinação perfeita de leveza e durabilidade, suportando até 120 kg. Principais Características: Leve e Resistente: A estrutura em alumínio confere leveza ao produto, facilitando o manuseio e o transporte, sem comprometer sua resistência. Com peso de apenas 15,5 kg, é fácil de utilizar e transportar. Design Dobrável: Seu design inovador e dobrável permite que a cadeira ocupe menos espaço quando não estiver em uso, facilitando o armazenamento e o transporte. Além disso, sua largura fechada de 25 cm torna o produto ainda mais prático. Conforto e Estabilidade: O assento de 44 cm de largura proporciona conforto durante o uso, enquanto as quatro rodas oferecem estabilidade e facilidade de movimentação. Ideal para usuários que precisam de uma cadeira de rodas manual para o dia a dia.</p> <p>Estilo Moderno e Discreto: A cor preta confere um visual moderno e elegante, que combina com qualquer ambiente, proporcionando discrição e sofisticação.</p> <p>Especificações Técnicas:</p> <p>Peso: 15,5 kg</p> <p>Tipo de Cadeira de Rodas:</p> <p>Manual Largura Fechada: 25 cm</p> <p>Altura Total: 97,5 cm</p> <p>Cor: Preto</p> <p>Capacidade de Peso: 120 kg</p> <p>Ficha Técnica:</p> <p>Capacidade - 120KG</p> <p>Cor - Preto</p> <p>Design da cadeira de Rodas - Dobrável</p> <p>Material – Alumínio</p> <p>Peso Suportável – 120 KG</p> <p>Peso do Produto – 15,50 KG</p> <p>Tamanho do Assento – 44 Cm</p>	2	R\$ 1.207,33	R\$ 2.414,67
----	--	---	--------------	--------------

7.	<p>Armário Roupeiro De Aço Vestiário 20 Portas Locker</p> <p>O armário possui 20 portas, com tratamento de pintura Epóxi, com pitões para cadeados o que possibilita o fechamento das portas, espaço interno que comporta bolsa, mochila, espaço para sapatos, livros e tantos outros objetos.</p> <p>Indicado para escritórios, almoxarifados, laboratórios, hospitais, farmácias, depósitos, academias, supermercados, vestiários, entre outros ambientes.</p> <p>Especificações:</p> <p>Cor: Cinza/Cinza.</p> <p>Dimensões:</p> <p>*Altura: 1,98 m</p> <p>*Largura: 1,23 m</p> <p>*Profundidade: 0,40 cm</p> <p>*Espaço interno dos vãos: 0,37x0,27</p> <p>Possui 20 portas com dobras duplas em todo o perímetro das portas.</p> <p>Chapa: 26 (0,45mm)</p> <p>Duas dobradiças soldadas à porta e unidas por pinos zincados.</p> <p>Sistema de Ventilação: Veneziana</p> <p>Tratamento fosfatizante anticorrosivo e pintura eletrostática a pó, com secagem em estufa a 200 graus.</p> <p>Fechamento das Portas: Pitão para cadeado</p> <p>Quantidade de cabides por porta: 0</p> <p>Pés do Armário: 4 pés</p> <p>*Modelo: Fixo (não possui remoção)</p> <p>Desmontável: Não</p> <p>Pintura: Epóxi Pó</p> <p>Peso: 45 kg</p>	4	R\$ 1.408,06	R\$ 5.632,26
----	--	---	--------------	--------------

8.	<p>Estação de trabalho em formato de L (120 x 60 cm), com gavetas</p> <p>mesa componível que une design moderno e ergonomia para um dia a dia mais produtivo.</p> <p>Design Versátil: Adapta-se facilmente a diversos estilos de decoração, conferindo um toque de elegância e modernidade ao seu escritório.</p> <p>Ampla Espaço de Trabalho: Com uma superfície generosa, proporciona conforto e praticidade para toda sua equipe.</p> <p>Pés Reguláveis: Ajuste a altura da mesa conforme suas necessidades.</p> <p>Fácil montagem: Acompanha manual detalhado e kit de montagem para uma instalação rápida e descomplicada.</p> <p>Gaveta para organização: A gaveta com corredeiras telescópicas de metal proporciona praticidade no dia a dia.</p> <p>Tampas de 30 mm de Espessura: Proporcionam uma estrutura sólida e durável, garantindo resistência ao uso diário.</p> <p>Laterais e Saia de 15 mm de Espessura: Oferecem maior robustez e estabilidade.</p> <p>Dimensões do conjunto completo:</p> <p>Altura: 101 cm</p> <p>Largura: 240 cm</p> <p>Profundidade: 120 cm</p> <p>Material: MDP e ABS</p> <p>Peso: 117,6kg</p> <p>Peso suportado (distribuídos por mesa): 85kg (tampo)</p>	4	R\$ 1.599,97	R\$ 6.399,89
VALOR TOTAL:			R\$ 117.456,25	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do estudo Técnico Preliminar, assim fica registrado que os itens que se pretende contratar/adquirir especificados neste instrumento são de natureza comum por manterem padrões

de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, e por conter especificações usuais no mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme decreto nº 5.983 de 26 de dezembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A aquisição de material gráfico em lote único encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 40, §2º, inciso I, que preconiza a viabilidade da divisão do objeto em lotes, buscando a maior vantajosidade para a Administração Pública, em primazia do interesse público. A medida garante padronização da identidade visual, racionalização do processo licitatório, maior economicidade com ganhos de escala, além de contribuir significativamente para a melhoria da gestão contratual, ao concentrar a responsabilidade em um único fornecedor, facilitando o acompanhamento, o controle da execução e a fiscalização do contrato. Ressalta-se ainda que não há prejuízo à competitividade, considerando que empresas do ramo gráfico possuem plena capacidade técnica para atender à totalidade do objeto. Dessa forma, o agrupamento representa a solução mais eficiente e vantajosa para a Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Indicação de marcas ou modelos

4.3. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, características ou modelo.

4.4. Subcontratação

4.4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5 Garantia da contratação

4.5.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133,

de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze)** dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do setor.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 A entrega deverá ocorrer nos endereços indicados pelas Secretarias Requisitantes, sendo elas Secretaria Municipal de Planejamento, Mobilidade e Gestão Territorial; no local de entrega constantes na Ordem de Fornecimento, no horário de 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, com comunicação e agendamento prévios pelo telefone (31) 3874-7245 e pelo e-mail almoxarifado@vicoso.mg.gov.br

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Para a Secretaria Municipal de Planejamento, Mobilidade e Gestão Territorial, em observância aos artigos 11 e 12 do Decreto Municipal nº 5.983/2023, ficará designado como fiscal do processo o servidor Herbert Alexandre Ribas, Coordenador de Regulação do Transporte Coletivo e como

gestor do processo a servidora Letícia Caetano.

6.7. Para a Secretaria Municipal de Administração em observância aos artigos 11 e 12 do Decreto Municipal nº 5.983/2023, ficará designado como fiscal do processo o servidor Cláudio Moreira de Souza, Coordenador de Regulação do Transporte Coletivo e como gestor do processo a servidor Edson Rodrigues De Nério.

6.8. Para a Secretaria Municipal de Saúde em observância aos artigos 11 e 12 do Decreto Municipal nº 5.983/2023, ficará designado como fiscal do processo o servidor Analina Flores Gouvea, Coordenador de Regulação do Transporte Coletivo e como gestor do processo a servidor Wanderleia Rodrigues Santana.

6.9. Para a Secretaria Municipal de Governo em observância aos artigos 11 e 12 do Decreto Municipal nº 5.983/2023, ficará designado como fiscal do processo o servidor Érick Luís de Paula, Coordenador de Regulação do Transporte Coletivo e como gestor do processo a servidor Betsy Ester Santos Mejia Garcia.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- l) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas

nas alíneas “h”, “i”, “j” e “k” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Desqualificação do certame, quando praticada a conduta prevista no item “l”.

7.2.5 Multa:

7.2.5.1. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da parcela inadimplida (ressalvadas a hipótese de enquadramento na alínea “b” ou “g”).

7.2.5.2. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.5.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.5.4. Moratória, para as infrações descritas no item “g”, de **0,5% (meio por cento) pela infração mais 0,33% (trinta e três milésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30% por cento do contrato**.

7.2.5.5. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “h” a “k” de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.5.6. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.5.6.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua

conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 o prazo de validade;

8.12.2 a data da emissão;

8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 o valor a pagar; e

8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,

mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data da assinatura do contrato.

8.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Em virtude do valor a ser licitado, não se vislumbra a necessidade de permissão de participação de consórcios na licitação. Como a solução a ser buscada é comum de mercado, sendo que as características do objeto podem ser facilmente descritas no Termo de Referência, também não há complexidade que justifique a participação de consórcios.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará

dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.20. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.21. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.22. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.23. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.24. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, é de **R\$ 117.456,25 (Cento e dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Viçosa, na seguinte dotação:

-Pela Secretaria Municipal de Planejamento, Mobilidade e Gestão Territorial: **04.122.0001.2.405-449052. Fonte 1500 -Ficha 1379.**

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes quando couber será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Este Termo de Referência se vincula ao Edital licitatório que lhe deu causa e por conseguinte a todos os documentos relacionados a realização desta licitação como o DFD, ETP,

contrato e demais documentos que vierem a surgir

Viçosa, 22/04/2026

Luis José de Arruda Alves

Secretário Municipal de Planejamento, Mobilidade e Gestão Territorial



Documento assinado eletronicamente por **Luis Jose de Arruda Alves, Secretario de Planejamento, Mobilidade e Gestão Territorial**, em 22/04/2026, às 09:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.vicosa.mg.gov.br/autenticador> informando o código verificador **0159370** e o código CRC **CE2D00B1**.

0935.0.000005157/2025-1

0159370v2